

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

The importance of the extension project for academic training
in the course of accounting sciences

Neuma Ferreira Tigre
Juciany Sousa Pires

Resumo: Este estudo descreve o processo de extensão, dentro da formação universitária como complementação acadêmica através do projeto de imposto de renda. Esse projeto, desde o ano de 2007, proporciona à comunidade de Teixeira de Freitas, BA, serviços contábeis gratuitos referentes à elaboração e transmissão da declaração de Imposto de Renda e, em contrapartida, o contribuinte doa alimentos não perecíveis que são encaminhados a entidades beneficentes. O projeto procura estimular os acadêmicos o exercício prático no atendimento à comunidade em que estão inseridos, bem como destacar a importância dos projetos de extensão universitária. Utilizou-se a revisão bibliográfica sobre formação acadêmica, extensão universitária, imposto de renda e estudo de caso com a também a análise documental dos dados relativos ao projeto de imposto de renda no período 2013-2016.

Palavras-chave: Ciências Contábeis. Extensão Universitária. Imposto de Renda

Abstract: This study describes the process of extension, within the university formation as academic complementation through the project of income tax. This project has been in existence since 2007 and provides the community of Teixeira de Freitas, BA with free accounting services for the preparation and transmission of the income tax return and, in return, the taxpayer for non-perishable food that is sent to entities beneficents. The project seeks to provide academics with the practical exercise in attending to the community in which they are inserted, as well as highlighting the importance of university extension projects. It used the bibliographical revision on academic formation, university extension, income tax and case study with also the documentary analysis of data related to income tax project in the period 2013-2016.

Key words: Accounting Sciences. University Extension. Income tax

Neuma Ferreira Tigre

Especialista em Finanças Empresariais e Contabilidade Gerencial (Fasb). Coordenadora e professora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Sul da Bahia.
E-mail: neuma.tigre@ffassis.edu.br

Juciany Sousa Pires

Especialista em Nutrição e Saúde Humana (UFLA, MG). Atuou como Coordenadora de Enfermagem da UTI-Neonatal do município de Teixeira de Freitas, BA.
E-mail:jucisousa@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade do Sul da Bahia (Fasb), desde a sua criação, tem progressivamente incentivado docentes e discentes na realização de atividades de extensão.

O projeto “Declare seu Imposto de Renda da Pessoa Física” foi implantado em 2007 e, desde então, atende a comunidade de Teixeira de Freitas, Bahia, no mês de abril, oferecendo serviços contábeis gratuitos referentes à elaboração e transmissão da declaração de imposto de renda. Em contrapartida, o contribuinte doa alimentos não perecíveis que são encaminhados para associações beneficentes do município.

O objetivo deste artigo é descrever o processo de extensão, dentro da formação universitária como complementação acadêmica através do Projeto de Imposto de Renda.

O caminho metodológico baseou-se na pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

A extensão é um processo educativo que envolve ações que integram a instituição de ensino com a sociedade, proporcionando, em ambas, possibilidades de aprendizado e desenvolvimento. O conhecimento trabalhado na extensão deve articular conteúdos de caráter técnico, preparando o discente para desenvolver a prática profissional, buscando respostas aos problemas enfrentados pelo indivíduo na sociedade.

O trabalho de extensão deve objetivar uma interação real entre a instituição de ensino e a comunidade onde ela se insere.

REVISÃO DE LITERATURA

Reforma universitária

A partir de 1990, as políticas educacionais passaram a ser conduzidas sob a influência do modelo neoliberal, tendo como pressuposto primordial preparar indivíduos capacitados para atender às demandas do mercado de trabalho (MANCEBO, 2009).

A LDB 9394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e divide a educação em dois níveis: a educação básica e o ensino superior. O ensino superior é de competência da União, podendo ser oferecido por Estados e Municípios, desde que estes já tenham atendido aos níveis pelos quais é responsável em sua totalidade. À União cabe autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior.

A reforma que ocorreu no ensino superior, no Brasil, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), resultou-se de um conjun-

to de medidas efetivadas pelo governo federal no âmbito das políticas sociais e propôs um novo modelo de educação superior no país mais voltada aos interesses de mercado.

De acordo com Ferreira (2000, p. 82), “trata-se de uma mudança na filosofia do significado e papel da educação na construção de uma sociedade, uma educação menos comprometida com a formação cidadã e mais voltada para o mercado”.

A LDB de 1996, nos artigos 43 a 57, mostra que a educação superior tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento científico e reflexivo; formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento, aptos a se inserirem no mercado de trabalho; incentivar a pesquisa e a iniciação científica, bem como o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a difusão da cultura; suscitar o desejo de aperfeiçoar-se cultural e profissionalmente; propiciar o conhecimento, seja ele de nível global, nacional e regional, estabelecendo com a comunidade uma relação de reciprocidade; e promover a extensão, aberta à participação de todos (BRASIL, 2005).

Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) afirmam que a educação superior

[...] tem por finalidade formar profissionais nas diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos e comunicando-os por meio do ensino. Objetiva-se estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivando o trabalho de pesquisa e a investigação científica e promovendo a extensão (p. 259).

Os eixos norteadores da educação superior devem estar explícitos no Projeto Pedagógico do Curso, de modo que, durante a graduação, o aluno tenha oportunidade de aprender, pesquisar e participar de projetos voltados para a comunidade.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da Fasb define seu egresso como um profissional que revela sua responsabilidade social, cuja atuação técnica e instrumental esteja articulada com outros ramos do saber, e, portanto, com outros profissionais, evidenciando o domínio de habilidades e competências inter e multidisciplinar, comprometido ética e politicamente com atividades das áreas contábeis, e habilitado a atender aos usuários da Contabilidade.

Para tanto, torna-se necessário uma formação que ofereça a possibilidade de o aluno adquirir conhecimento amplo por meio da instrução (ensino), da descoberta e criação (pesquisa), da vivência do fazer (extensão).

Assim, concebe-se o ensino superior como formador de profissionais com amplo conhecimento específico teórico-prático, sensibilizados para a pesquisa científica e partícipes de projetos extensionistas.

A extensão propõe uma relação entre a instituição de ensino e a comunidade em que ela se insere. Para Pozzobom e Busato (2009), a ex-

tensão é a interlocução entre o ensino e a pesquisa e tem por objetivo expandir e dividir o conhecimento conforme as necessidades políticas, econômicas e sociais da comunidade. O trabalho de extensão deve produzir e desenvolver conhecimentos que beneficiem a sociedade.

A extensão é uma mediação da teoria com as ações práticas voltadas para a sociedade.

IMPOSTO DE RENDA

O imposto de renda surgiu após a criação da moeda. O sistema econômico de troca de produtos ou serviços não permitia a medição de renda. O surgimento da moeda possibilitou determinar o acréscimo do patrimônio das pessoas, determinando sua renda e tributação. A riqueza passa a ser avaliada pelo produto dos bens pessoais, isto é, pela renda (NÓBREGA, 2014).

O surgimento do imposto de renda não tem uma data exata, mas há um consenso de que a história moderna do imposto de renda teve início na Inglaterra no final do século XVIII. Na época, os contribuintes eram categorizados conforme:

- os que possuíam criadagem, carros e cavalos, supostamente os mais ricos;
- os que possuíam relógios, cães e janelas;
- os contribuintes mais pobres que eram avaliados pelo tipo de habitação.

Na Itália, o parlamento instituiu o sistema tributário em 1864; já na França, a instituição do imposto de renda só foi efetivada em 1910. O projeto francês “combinava um imposto cedular, dividido em oito cédulas, conforme a origem dos rendimentos, com um imposto complementar progressivo. Esse sistema serviria, menos de uma década após, de inspiração ao modelo de imposto de renda de pessoa física adotado no Brasil.” (NÓBREGA, 2014, p. 122).

No Brasil, a primeira lei sobre o imposto de renda surgiu no início do reinado de D. Pedro II, que estabelecia um imposto progressivo sobre os vencimentos recebidos dos cofres públicos. Esta lei durou 2 anos.

Em 1922, através da Lei nº 4 625 de 31 de dezembro, nasce o imposto de renda no Brasil:

Art. 31. Fica instituído o imposto geral sobre a renda, que será devido, anualmente, por toda a pessoa física ou jurídica, residente no território do país, e incidirá, em cada caso, sobre o conjunto líquido dos rendimentos de qualquer origem.

Desde então, o imposto de renda incide cada vez mais da receita tributária do país e é considerado um dos principais instrumentos de equidade fiscal e justiça social.

Segundo Nóbrega (2014), o preenchimento e entrega da declaração de imposto de renda da pessoa física passou por um processo evolutivo tecnológico,

Desde a 1ª declaração de rendimentos em meio papel, apresentada em 1924, passando pelo programa gerador criado em 1991 que possibilitou a entrega da declaração por meio magnético, cruzando a fronteira tecnológica com a entrega da declaração de ajuste anual de 1997 pela internet até chegarmos [...] à entrega da declaração por dispositivos móveis (2014, p. 125).

Desde então, fazer a declaração, que demorava dias, passou a ser um processo rápido e seguro. Mesmo assim, muitos contribuintes têm dificuldades para cumprir com sua obrigação. É nesse sentido que justifica o projeto de extensão do Curso de Ciências Contábeis da Fasb.

ESTUDO DE CASO

De acordo com Gil (2010, p. 37), estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que permite o amplo e detalhado conhecimento sobre determinado assunto”

A pesquisa foi realizada na Faculdade do Sul da Bahia, mantida pela Fundação Francisco de Assis, instituição originária do Instituto Francisco de Assis, fundado em 1988. A Faculdade foi constituída em 21 de março de 2000, credenciada pela Portaria MEC nº 944, com sede social atual a Rua Sagrada Família, nº 120, bairro Bela Vista, Teixeira de Freitas, BA. Os pressupostos que balizaram sua criação envolvem a prestação de serviços de ensino superior e pós-graduação na área de especialização *lato sensu*, cursos de extensão, desenvolvimento da cultura e da educação, através de canais de radiodifusão cultural, educativa.

Atualmente, a Fasb mantém em funcionamento oito cursos de graduação, sendo todos bacharelados: Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção.

Os projetos pedagógicos dos cursos estão pautados na tríade do ensino, pesquisa e extensão.

O projeto de extensão “Declare seu imposto de renda da pessoa física”, desenvolvido pelo curso de ciências contábeis da Faculdade do Sul da Bahia (Fasb), foi implantado em 2007, e, a cada ano, vem desenvolvendo novas estratégias para melhor atender a comunidade de Teixeira de Freitas/Bahia. O objetivo geral do projeto é proporcionar à comunidade de Teixeira de Freitas, BA, os serviços contábeis gratuitos referentes à elaboração e transmissão da declaração de imposto de renda da pessoa física a fim de que os cidadãos possam cumprir com suas obrigações perante o fisco, inibindo a sonegação fiscal. São objetivos, também: proporcionar outros aprendizados aos acadêmicos envolvidos no projeto; aplicar o conhecimento teórico na prática contábil a serviço da comunidade; viabilizar o cumprimento da declaração de imposto de renda, com atendimento em horários especiais, como o fim de semana.

A metodologia empregada no desenvolvimento das ações do projeto pode ser dividida em quatro grandes momentos:

- adesão ao projeto (docentes e discentes) e atualização de conhecimentos;
- acolhimento, orientação e elaboração do imposto de renda;
- acompanhamento e supervisão do processo de elaboração e transmissão do imposto de renda;
- organização dos alimentos em cestas básicas e distribuição às entidades beneficentes.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto neste trabalho, inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica que contemplou aspectos gerais relativos a: ciências contábeis, ao projeto de extensão e ao imposto de renda da pessoa física.

Realizou-se uma pesquisa documental de abordagem quantitativa dos dados.

De acordo com Fonseca (2002, p.32), a pesquisa documental recorre “as fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais [...]”. Foram utilizados dados referentes aos relatórios de produção do Projeto “Declare seu Imposto de Renda da Pessoa Física”, nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

A abordagem quantitativa é especialmente projetada para gerar medidas precisas e confiáveis que permitam uma análise estatística.

O projeto “Declare seu Imposto de Renda da Pessoa Física” é anual e contempla 75 vagas para os alunos matriculados no 3º, 5º e 7º semestres do Curso de Ciências Contábeis da Fasb. Como o projeto acontece durante 25 dias do mês de abril, inclusive aos sábados e domingos, os alunos inscritos são escalados para cumprirem no mínimo 12 horas de prestação de serviços durante o período de desenvolvimento da ação acadêmica. Junto com os alunos matriculados, estão inclusos, no projeto, egressos voluntários e 4 docentes do Colegiado de Ciências contábeis.

Nos primeiros 15 dias, ficam escalados os alunos do 3º e 5º períodos monitorados pelos egressos e supervisionados pelos professores, pois a demanda é menor e a experiência dos discentes também. Os últimos 10 dias são destinados aos alunos do 7º período, egressos e professores que atendem a uma demanda muito maior, o que exige mais experiência para elaboração e transmissão do imposto de renda da pessoa física.

Antes de iniciar o período de atendimento aos contribuintes, todos os alunos matriculados no Curso de Ciências Contábeis, independente de fazer parte do universo que compõe o projeto, assistem a uma palestra sobre o Imposto de Renda da Pessoa Física proferida por autoridade competente no assunto.

No segundo momento, fez-se um treinamento específico, desenvolvido pelos professores do colegiado, para os participantes do projeto, só então inicia-se o processo de atendimento ao público, após grande divulgação nos meios de comunicação internos e externos da Faculdade. Cada contribuinte atendido doa dois quilos de alimento não perecível. Ao final do projeto, todo o alimento arrecadado é doado pelos participantes, a instituições beneficentes da comunidade teixeirense.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados retirados dos relatórios finais para análise dizem respeito ao número de alunos, professores e egressos envolvidos no projeto, a quantidade de declarações realizadas e a arrecadação final de alimentos não perecíveis.

O Gráfico 1 apresenta o número de alunos envolvidos no projeto nos anos 2013, 2014, 2015 e 2016.

Gráfico 1 –Número de alunos que participaram do projeto “Declare seu Imposto de Renda da Pessoa Física” nos anos 2013, 2014, 2015, 2016

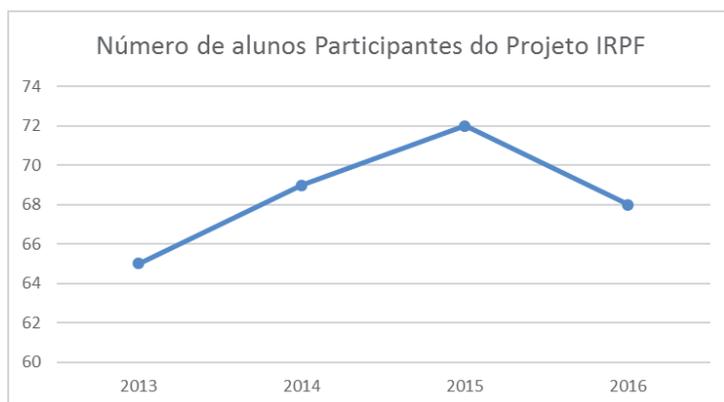
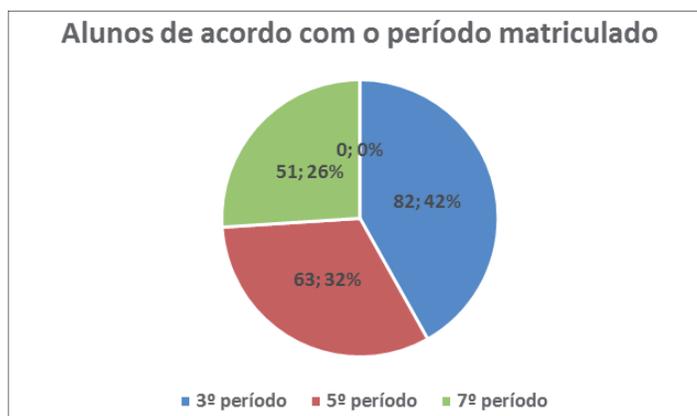
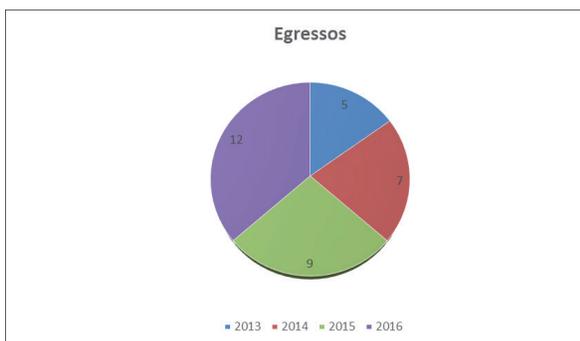


Gráfico 2- Número de alunos que participaram do projeto “Declare seu Imposto de Renda da Pessoa Física”, de acordo com o período matriculado



Nota-se que os alunos dos períodos iniciais participam mais dos projetos acadêmicos de extensão, porque muitos ainda não estão inseridos no mercado de trabalho, ao contrário dos veteranos que, em sua grande maioria, já trabalha na área. O profissional contábil tem hoje uma posição bem definida na economia global, um campo de trabalho bastante amplo e diversificado, com e objetivos bem claros (IUDÍCIBUS; MARION, 2002).

Gráfico 3 – Egressos que participaram do projeto “Declare seu Imposto de Renda da Pessoa Física” nos anos 2013, 2014, 2015, 2016



Fonte: Relatório Final 2013, 2014, 2015, 2016.

A participação nas atividades acadêmicas faz parte da política de acompanhamento do egresso que está previsto no Projeto Político do Curso de Ciências Contábeis. Nos anos de 2013 a 2016, trinta e seis egressos participaram do projeto de extensão, objeto desse estudo.

O acompanhamento do egresso se constitui como um dos recursos fundamentais na construção de indicadores que possam contribuir para a discussão, em termos da efetiva qualidade dos cursos e da repercussão dos mesmos no mercado e na sociedade. A Fasb sempre está oportunizando o intercâmbio dos egressos em projetos de extensão e monitoria. Muitos já fazem parte de seu quadro docente. Nos Gráficos 4, 5, 6 e 7, apresentam-se os tipos de declaração de imposto de renda da pessoa física por ano e modalidade simplificada e completa.

Gráfico 4 – Números de declarações de imposto de renda entregues por tipo no ano de 2013

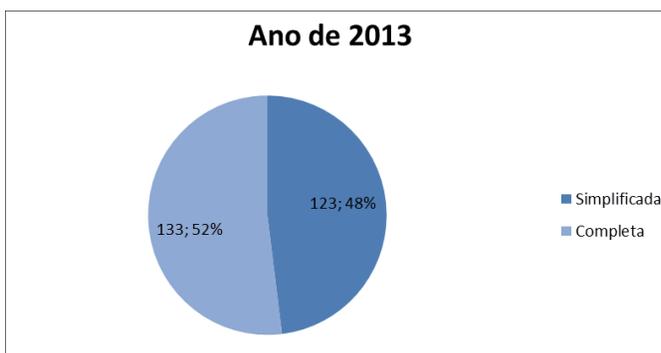


Gráfico 5 – Números de declarações de imposto de renda entregues por tipo no ano de 2014

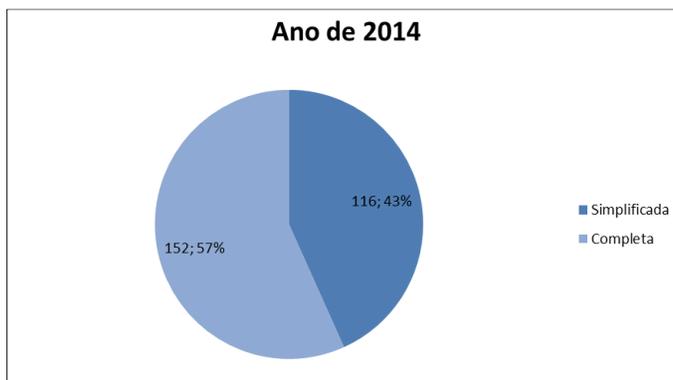


Gráfico 6 – Números de declarações de imposto de renda entregues por tipo no ano de 2015

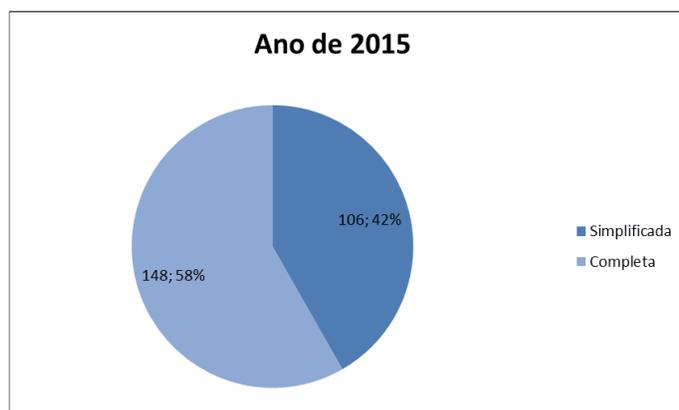


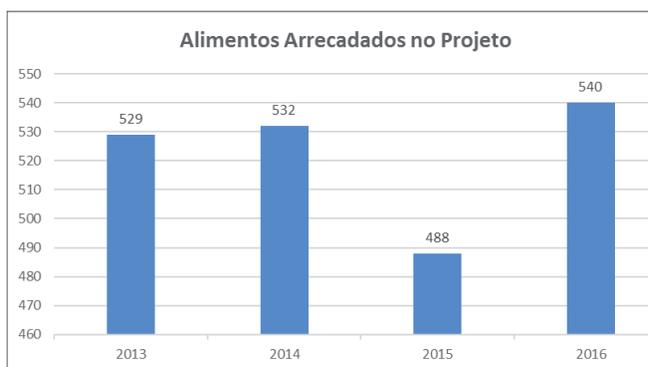
Gráfico 7 – Números de declarações de imposto de renda entregues por tipo no ano de 2016



A declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, no modelo simplificado, torna-se a melhor opção para quem não tem muitas despesas para deduzir. Nela, somam-se todos os rendimentos tributáveis recebidos

ao longo do ano, e, sobre este valor, será concedido um desconto de 20% sobre a base de cálculo do imposto. Este valor é usado para reduzir a base de cálculo do imposto. O imposto recolhido no ano anterior à data que está sendo declarado, seja pela retenção em fonte, seja por meio do recolhimento obrigatório mensal (carnê-leão), deverá ser informado, pois será descontado do cálculo final do IR a pagar. Já a declaração no modelo completo é indicada a quem tem muitas despesas para deduzir, como gastos com plano de saúde, educação, dependentes etc. Nele, é necessário informar todos os gastos e rendimentos ocorridos durante o ano, com documentos comprobatórios.

O Gráfico 8 apresenta a quantidade de quilos arrecadados por ano com o projeto de extensão.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou descrever o processo de extensão, dentro da formação universitária como complementação acadêmica por meio do projeto “Declare seu imposto de renda da pessoa física e seja solidário”, desenvolvido pelo colegiado do curso de Ciências Contábeis, da Fasb. Ao lado do ensino e pesquisa, é imprescindível oferecer aos acadêmicos uma boa formação para que possam agir criticamente na sociedade.

A formação universitária encontra-se no tripé ensino, pesquisa e extensão, e o desafio é manter a união dessas dimensões. A extensão é o processo educativo que aproxima o conhecimento com a realidade social onde está inserida a universidade.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Sul da Bahia aponta que, para a formação do profissional contábil, é preciso aliar a teoria e a prática para atender as demandas do mercado de trabalho. Essa prática prevê o desenvolvimento de habilidades específicas.

Desde que foi implantado, o Projeto “Declare seu imposto de renda da pessoa física e seja solidário”, em 2007, nota-se o interesse cada vez maior do alunado em participar do processo, e a expectativa da comunidade em ser atendida. A aproximação dos discentes das realidades sociais

locais, na elaboração e transmissão do imposto de renda se estende quando, no fim do processo, faz-se a entrega dos alimentos às entidades beneficentes, proporcionando responsabilidade e envolvimento com as causas sociais da comunidade.

Conclui-se que a comunidade é extensão do espaço da instituição de ensino, para a realização de ações capazes de enriquecer o conhecimento interdisciplinar teórico-prático.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei (9394/96). Apresentação de Carlos Roberto Jamil Cury. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Lei nº 4.625, de 31 de dezembro de 1922**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1901-1929/L4625.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 1 abr. 2017

_____. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Memória**. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/irpf/historia/histPrio-mordiosBrasil.asp>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Atlas, 2003.

MANCEBO, D. Políticas da educação superior no Brasil – velhos temas, novos desafios. In: CHAVES, CABRAL NETO, NASCIMENTO (Orgs.). **Políticas da educação superior no Brasil**: velhos temas, novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009

NÓBREGA, C. B. de. **História do imposto de renda no Brasil**: um enfoque da pessoa física (1922 – 2013). Ministério da Fazenda. Brasília: Receita Federal, 2014.